

TRIBUTO A NINA SIMONE: arte, política, o corpo e a questão racial/sexual nos Estados Unidos da América em dois atos

Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior^(*)

Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro^(**)

DOI 10.14393/CEF-v29n2-2016-11

Resumo

O artigo é um extrato de duas leituras críticas realizadas sobre o filme *What Happened, Miss Simone?* de Liz Garbus, documentário produzido nos EUA em 2015, que explora a trajetória biográfica, a atuação e a sensibilidade artística, profissional, política, amorosa da cantora, pianista, ativista e compositora Nina Simone (EUA, 2015). Duas abordagens permitem acompanhar a construção de perspectivas analíticas do pesquisador e da pesquisadora que priorizam, por um viés, a conjuntura político-social, e por outro, a materialidade histórico-discursiva, buscando recompor um outro conjunto de elementos constitutivos do documentário. A reflexão histórica/historiográfica resulta no exercício de recepção da obra em algumas de suas possibilidades interpretativas. As comunicações foram objeto de debate realizado na mesa-redonda do Projeto Educação e Cinema, promovida pelo PPGE/FACED, na Universidade Federal de Uberlândia, em 16 de junho de 2016.

Palavras-chave: Nina Simone. Arte. Corpo. Política. Raça. Sexo-Gênero. EUA.

TRIBUTE TO NINA SIMONE: art, politics, the body and the racial / sexual issue in the United States of America in two acts

Abstract

This article is an extract of two critical reviews on the documentary *What Happened, Miss Simone?* (EUA, 2015), by Liz Garbus. Life, art, profession, love, a biography of Nina Simone was builded with video and film fragments, interviews, speeches, concerts, materials by and about that woman, activist, and the fabulous composer, piano player and singer. Different views elaborated by two historians exhibit approaches to that source: in one hand, a historical-political analysis, in the other hand, a discourse analysis based on gender studies and the body theory. Both historical and historiographical approaches together seek to enlarge possibilities for the work of thought, interpretation and reception. The papers were extracts of a debate within Education and Movie Project, promoted by PPGE/FACED, at Universidade Federal de Uberlândia, in June 16, 2016.

Keywords: Nina Simone. Art. Body. Politics. Race. Sex-Gender. USA.

^(*)Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, doutor em História pela Universidade de Brasília (2007), desenvolve pesquisa nas áreas de História e Historiografia do Brasil e da África e Cultura Brasileira. É membro do NEGUEM / Núcleo de Estudos de Gênero- NEGUEM.

^(**)Professora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Doutora em História pela Universidade de Brasília (2006), desenvolve pesquisa nas áreas de História e Historiografia do Brasil, da África e Estudos Feministas e de Gênero. É membro do NEGUEM / Núcleo de Estudos de Gênero. Pós-doutorado realizado na Universidade de Goldsmiths, Londres/RU (2015), com o apoio da CAPES. E-mail: mariaer Carneiro@gmail.com.

Texto recebido em: 20/11/2016. Texto aprovado em 21/11/2016.

Primeiro Ato: Arte, Política e a questão racial nos Estados Unidos da América

Em 1857, ao tratar e deliberar sobre o caso Dred Scott, um escravo de Saint Louis/Missouri que reivindicou a liberdade baseado em lei federal, a Suprema Corte dos Estados Unidos da América não apenas declarou a inconstitucionalidade do ato promulgado pelo Congresso, como também assinalou a precedência do direito de propriedade sobre a liberdade dos cativos. Além disso, afirmava que os escravos não estariam sob a proteção da Constituição Federal e também que os negros não poderiam ser considerados cidadãos americanos, ainda que os estados pudessem investi-los deste estatuto. A reivindicação de Scott baseava-se no Missouri Compromise Act (1820) e no princípio do "*once free, always free*", que definiam um paralelo territorial pelo qual uma vez livre, ele não poderia mais ser considerado escravo, já que fora levado para Illinois e Wisconsin onde a escravidão tornara-se ilegal.

O estatuto de cidadão em relação aos negros somente viria a partir de 1868, com a Emenda Constitucional XIV, segundo a qual:

Todas as pessoas nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos e sujeitas a sua jurisdição são cidadãos dos Estados Unidos e do Estado onde tiver residência, Nenhum Estado poderá fazer ou executar leis restringindo os privilégios ou as imunidades dos cidadãos dos Estados Unidos; nem poderá privar qualquer pessoa de sua vida, liberdade, ou bens sem processo legal, ou negar a qualquer pessoa sob sua jurisdição a igual proteção das leis.

Presságio cinzento, pois a emenda XIII, de 1865, extinguiu a escravidão e os trabalhos forçados, vinculando este novo estatuto – de não escravo – ao não cometimento de crimes. Desde as lutas pela superação do jugo colonial e suas guerras de independência

até a Guerra Civil, aos negros foram prometidas a liberdade e cidadania¹, princípios pelos quais os afro-americanos seguem lutando².

As decisões da Suprema Corte Americana evidenciam quão tortuosos foram e tem sido as tentativas de aplicação dos princípios da igualdade e liberdade, assumidos como cláusulas universais desde a Revolução Francesa, Haitiana e Americana. Com a deliberação no caso *Plessy versus Ferguson*, de 1896, a Corte instituiu o *apartheid social* como princípio constitucional, ao estabelecer a doutrina “separados mas iguais” (*separate but equal*). Em 1890, a Assembleia da Louisiana – no Sul - aprovou lei exigindo que as empresas ferroviárias no Estado estabelecessem vagões distintos para negros e brancos. Homer Plessy – cidadão negro – desafiou a lei ao viajar em vagões destinados aos brancos e foi preso. Acionada a XIV Emenda, a Corte compreendeu que ela não poderia protegê-lo, pois o princípio da igualdade, diante da imposição da separação, não estava ameaçada.

A doutrina “separados mas iguais” cairia por terra apenas em meados do século XX (1954), quando Linda Brown – uma estudante afro-americana de 8 anos, por intermédio de seu pai, contestou a proibição de matricular-se em escola pública destinada exclusivamente para brancos. A recusa das escolas em matriculá-la baseava-se no caso *Plessy* de 1896, ou seja: negros e brancos são iguais, mas devem permanecer separados. A Corte, neste caso, entendeu que a doutrina não propiciava uma igualdade de oportunidades e ainda produzia um sentimento de inferioridade. Cento e sessenta e sete anos, aproximadamente, após a Declaração de Independência estava aberta a porta – em termos jurídicos – para a destruição do sistema legal de segregação norte americano (*Jim Crow Laws*). O que parecia um avanço democrático, todavia, será subvertido pelo sistema com o estabelecimento de novas barreiras que impedirão o acesso e a universalização da igualdade, esta, uma condição primordial da vida republicana.

Em 2008, ou seja, mais de cem anos depois, Barack Obama é eleito o 44º presidente dos Estados Unidos da América, ele, o primeiro negro a assumir o posto. Durante a campanha eleitoral, Obama fez um discurso na Filadélfia abordando a questão racial. É possível notar que quatro décadas após o assassinato de Martin Luther King, o

¹(SHAMA, 2010; SCOTT & HÉBRARD, 2014). Não seria exagerado dizer que a XIII emenda reitera que os escravos não integram a categoria de ‘povo americano’ enunciada no preâmbulo da carta e a forma da redação em que a “União” perfeita visa garantir os “benefícios da liberdade”. Sintomaticamente, a XIII não universaliza a liberdade no território sob a sua jurisdição. Ao contrário, ela declara a ilegalidade da escravidão. Ver também o documentário *13ª emenda* – Direção: Ava Duvernay, 2016 (1h40min).

²(NORTHUP, 2014).

pacifismo e uma fé no texto constitucional ainda influenciam aqueles que refletem acerca de projetos de emancipação para os afro-americanos e na conformação da nação. Assinala Obama, que seria o futuro presidente:

Esta foi uma das tarefas a que nos propusemos no início desta campanha - continuar a longa marcha daqueles que vieram antes de nós, uma marcha em direção a um país mais justo, mais igualitário, mais compassivo e mais próspero. Escolhi disputar a presidência neste momento histórico porque acredito profundamente que não possamos resolver os desafios de nossa era a não ser que o façamos juntos - a não ser que aperfeiçoemos nossa união ao compreender que, embora nossas histórias pessoais possam diferir, temos esperanças comuns; que embora nossas aparências não se assemelhem, desejamos todos nos mover na mesma direção - o caminho de um melhor futuro para os nossos filhos e netos. Essa crença deriva de minha fé inabalável na decência e na generosidade do povo dos Estados Unidos.

A este discurso proferido em março de 2008, ainda durante as primárias do partido democrata para a corrida presidencial, Barack Obama intitula *We the people, in order to form a more perfect union* [Nós, o povo, em ordem para construir a mais perfeita união]³, ou *A more perfect union* como a imprensa escrita norte americana passou a chamá-lo. Obama, ao nomear o seu discurso, transcrevia trecho do preâmbulo da carta constitucional de 1787,⁴ ressaltando o desejo de conciliação que a mítica terra das oportunidades pode oferecer na produção do bem geral. Assim, o futuro presidente dos Estados Unidos segue demarcando sua trajetória pessoal para justificar sua confiança.

Mas também deriva de minha história pessoal como americano. Sou filho de um homem negro do Quênia e de uma mulher branca do Kansas. Fui criado com a ajuda de um avô negro que sobreviveu à Depressão e combateu no exército de Patton durante a Segunda Guerra Mundial, e de uma avó branca que trabalhou em uma linha de montagem de bombardeiros, em Fort Leavenworth, enquanto seu marido servia no exterior. Frequentei algumas das melhores escolas dos Estados Unidos e vivi em uma das mais pobres nações do mundo. Sou casado com uma negra norte-americana que porta o sangue de escravos e de proprietários de escravos -um legado que transmitimos a nossas duas amadas filhas. Tenho irmãos, irmãs, sobrinhas, sobrinhos, primos e tios de todas as raças e matizes, espalhados por três continentes e, por mais que eu viva, jamais me esquecerei de que em nenhum outro país do planeta minha história seria possível. Trata-se de uma história que não fez de mim o mais convencional dos candidatos. Mas ela tornou parte de minha composição genética a ideia de que este país é mais que a soma de suas partes -a ideia de que, múltiplos, sejamos um só.

³(OBAMA, 2008).

⁴"Nós, o povo dos Estados Unidos, a fim de formar uma União mais perfeita, estabelecer a justiça, assegurar a tranquilidade interna, prover a defesa comum, promover o bem-estar geral, e garantir para nós e para os nossos descendentes os benefícios da Liberdade, promulgamos e estabelecemos esta Constituição para os Estados Unidos da América". (Constituição dos Estados Unidos da América – 1787)

Sem deixar de referir-se à escravidão negra na América do Norte, Obama destaca que a força e a singularidade de sua nação se inscreve na diferença, nos vários matizes e experiências sociais a serviço da produção da unidade. Sem fugir do problema racial, nota-se que ele adota uma postura contra a radicalidade e contra a divisão, posicionando-se contrário aos comentários do reverendo Wrigth de Chicago e suas pregações antiamericanas. Para Obama,

O fato é que os comentários que foram feitos e as questões que emergiram nas últimas semanas refletem a complexidade da situação racial neste país, que nós jamais deslindamos - uma parte de nossa união que nos cabe ainda aperfeiçoar. E caso deixemos a questão sem solução agora, se recuarmos aos nossos cantos, jamais poderemos nos unir e resolver desafios como a saúde, ou a educação, ou a necessidade de encontrar bons empregos para todos os norte-americanos.

Os desafios são hercúleos. Escravidão, racismo e segregação seguiam lançando o passado ao futuro. Era preciso compreender os ressentimentos sem, contudo, permitir que ele resultasse em separação, desunião e violência.

Compreender essa realidade requer que recordemos como chegamos a esse ponto. Como William Faulkner escreveu, 'o passado não está morto e enterrado; na verdade, ele nem mesmo é passado'. Não precisamos recitar aqui uma história da injustiça racial neste país. Mas precisamos recordar que muitas das disparidades que existem hoje na comunidade negra remontam diretamente às desigualdades que gerações anteriores sofreram sob o legado brutal da escravatura e das leis de segregação racial. Escolas segregadas eram, e continuam sendo, escolas inferiores; o problema ainda não foi resolvido, 50 anos depois da decisão do processo Brown vs. Conselho da Educação [que proibiu a discriminação racial nas escolas norte-americanas, em 1954]. A educação inferior que elas ofereciam, então como agora, ajuda a explicar o onipresente diferencial de realizações entre os estudantes brancos e negros. A discriminação legalizada - sob a qual os negros eram impedidos, muitas vezes pela violência - de adquirir propriedades, ou sob a qual empresários negros não conseguiam empréstimos, ou proprietários negros de imóveis não obtinham financiamento da Autoridade Federal da Habitação, ou trabalhadores negros eram excluídos dos sindicatos, ou dos departamentos de polícia e bombeiros - tudo isso significou que muitas famílias negras tenham sido impedidas de acumular patrimônio que pudessem legar às futuras gerações. A História nos ajuda a entender a disparidade de riqueza e renda entre brancos e negros, e os bolsões de pobreza que persistem em tantas comunidades urbanas e rurais. A falta de oportunidades econômicas para os homens negros, e a vergonha e frustração que surgiam diante da incapacidade de sustentar uma família, contribuíram para a erosão das famílias negras - um problema que as políticas de assistência social adotadas por muitos anos ajudaram a agravar. E a falta de serviços básicos em muitos bairros urbanos negros - parques nos quais as crianças possam brincar, patrulhamento pela polícia, coleta regular de lixo,

aplicação dos códigos de edificações e zoneamento- ajudou a criar um ciclo de violência, ruína e negligência que continuam a nos ferir. Esta é a realidade na qual o reverendo Wright e outros negros da geração dele cresceram. Eles chegaram à maioria no final dos anos 50 e começo dos 60, um momento em que as leis de segregação continuavam em vigor no país e em que oportunidades lhes eram negadas sistematicamente. O que é notável não é que muitos deles tenham fracassado diante da discriminação, mas sim que tantos homens e mulheres tenham superado as probabilidades adversas; que tantos deles tenham conseguido encontrar caminhos que os tirassem do beco sem saída e abrissem novas possibilidades para pessoas como eu, que vieram depois deles.⁵

Obama ainda expressou a confiança de que a unidade seria a condição de superação das *velhas feridas raciais*. Diante de todos os problemas, como um homem de fé, ele diz:

Mas asseverei minha forte convicção -enraizada em minha fé em Deus e no povo dos Estados Unidos - de que trabalhando juntos seremos capazes de curar algumas de nossas velhas feridas raciais, e que de fato não nos resta escolha se desejamos continuar no caminho de uma união mais perfeita.

Foi difícil não se emocionar com as cenas de comemoração pública da vitória de Obama. Pareceu-nos a demonstração de que a igualdade, como princípio inegociável, funcionara. Experiência singular em que víamos o mito tornar-se história. Estávamos diante de um discurso forte, vigoroso, que parecia até uma evidência de que o racismo, pouco a pouco, seria superado. Não demorou muito para que o otimismo contagiante fosse abalado. Multiplicaram-se ataques racistas, encadeados por políticos republicanos, e as cenas de policiais atirando pelas costas de ‘suspeitos’ negros. O racismo, sem seus esteios legais, recrudescer. Neste quesito, a terra da liberdade - Estados Unidos da América -, lamentavelmente, não goza de exclusividade no mundo ocidental⁶.

O período de cerca de cento e cinquenta anos, entre 1857 e 2008, é largo. Não caberia no espaço dessa breve reflexão fazer uma análise mais profunda dos episódios emblemáticos ou das mudanças legislativas e estruturais da sociedade americana. Mas, sim, voltar ao propósito central desta reflexão. Em 1933, veio à luz, na Carolina do Norte, o gênio de Nina Simone – nascida Eunice Kathleen Waymon – numa nação segregada racialmente. O racismo, mas não apenas ele, nos explicará grande parte de suas frustrações

⁵(OBAMA, 2008).

⁶Logo no início de seu mandato, em junho de 2009, Barack Obama se envolveu numa polêmica em razão da prisão arbitrária do professor de Harvard Henry Louis Gates Jr. O presidente que denunciara um “longo histórico de prisões arbitrárias de negros e latinos pela polícia” recuou por temer reacender o debate racial naquelas circunstâncias. Disso resultou um ato simbólico conagração das raças com Obama, o professor, o policial e mais o vice-presidente se encontrando nos jardins da Casa Branca para a celebração da unidade americana em meio a canecas de cerveja.

afetivas e profissionais, seus ressentimentos. Mas, é bom lembrar, não obscurecerá seu talento e sucesso. Não calou sua voz, sua música, suas mensagens de amor, seus discursos políticos, ao contrário. Em certa medida, ela representa aqueles “homens e mulheres que [superaram] as probabilidades adversas”, a que Obama se refere. Mas, também a impossibilidade de um sonho, um projeto, pois o *sistema* a impediria de tornar-se uma pianista clássica, a primeira pianista clássica negra dos Estados Unidos, como sempre quis.

Depois de cursar a prestigiada Juilliard School de New York estudando piano clássico, foi preterida pelo Instituto de Música Curtis da Filadélfia. A razão para a recusa fora racial, marcando-a profunda e precocemente, fazendo-a consciente do racismo e da segregação. Parecia impossível que fosse de outra maneira.

Nina Simone colocou sua força artística a serviço da denúncia do racismo e da luta pelos direitos civis. A canção *Mississippi Goodman* torna-se um marco no engajamento da pianista, compositora e cantora, pois expressa sua revolta e tristeza com o assassinato, em 1963, de quatro crianças negras - Denise McNair, 11 anos, Cynthia Wesley, Carole Robertson e Addie Mae Collins de 14 anos -, numa igreja de Birmingham, levado a cabo pela Ku Klux Klan⁷, e assinala seu ingresso na luta pelos direitos civis liderada por negros como Malcolm X⁸, Martin Luther King, entre outros.⁹Nesse lamento, Nina Simone se expõe:

I made you thought I was kiddin' didn't we
Picketlines
School boycotts
They try to say it's a communist plot
All I want is equality
for my sister my brother my people and me (...)
Oh but this whole country is full of lies
You're all gonna die and die like flies
I don't trust you any more
You keep on saying "Go slow!"
"Go slow!"

⁷Sabe-se que o insucesso das investigações e o julgamento tardio dos envolvidos teve a participação do poderoso diretor do FBI Edgar Hoover, que obstruiu e paralisou as investigações antes que elas fossem concluídas.

⁸Registrado como Malcolm Little. Após sua conversão ao Islã.

⁹(MARABLE, 2013).

A democracia norte americana perseguiu e penalizou muitos artistas, roteiristas, diretores de cinema, especialmente por fazerem uso da liberdade de expressão e apresentarem-se como críticos da cultura e da sociedade norte-americana. Com Nina Simone não seria muito diferente. Ela pagou alto preço por suas escolhas políticas e seu engajamento no movimento pelos direitos civis. Empresários, diretores e produtores passaram a evitá-la. O *sistema* criminalizou a todos que decidiram confrontar as hierarquias raciais estabelecidas. Com a rejeição, somada à violência racial recrudescente e aos conflitos familiares, ela deixa os Estados Unidos em 1972. “Já não podia suportá-lo [o racismo]. Há racismo ao cruzar as ruas. Ele está na estrutura da sociedade estadunidense. De modo algum voltarei a viver lá”. Ela afirma, e o filme exhibe sua fala, em 1999.

Nesta mesma entrevista de 1999 à BBC, Simone fala sobre a sua música como arma política:

“[Minha música] como uma arma política me ajudou durante 30 anos a defender os direitos dos negros norte-americanos e de gente do Terceiro Mundo em todo planeta. Eu os tenho defendido em canções de protesto. Isso ajuda a mudar o mundo. [No palco] quero fazer o público consciente do que fizeram a mim e a minha gente em todo o mundo”.

O que aconteceu, senhora Simone? Diante da persistência do racismo, da intolerância religiosa, da violência contra as mulheres, pobres, gays, essa pergunta bem poderia ser complementada por: o que fizemos das nossas vidas/sociedades, miss Simone?

O que se conclui, do mergulho na obra e na trajetória da artista, possibilitado por este documentário de Liz Garbus, é que a arte e a política mantiveram Nina Simone - mulher, negra, artista, mãe – consciente do seu lugar e de seu papel no mundo contemporâneo. A questão racial, nos Estados Unidos da América, continua aberta. A despeito dos esforços históricos de conciliação e de pacificação, inclusive da sensibilidade singular da artista, da penetração de sua arte e das resistências negras em profusão, as forças policiais seguem prendendo arbitrariamente e atirando pelas costas de negros e latinos desarmados ou subjugados, e o aparato judicial segue absolvendo quem

assim procede. São esses mesmos negros e latinos que abarrotam as prisões americanas¹⁰. É nesta “democracia” que Donald Trump segue na corrida à Casa Branca, com chances reais de suceder o primeiro presidente negro.

Nina Simone nos deixou em 2003, e não pôde experimentar os acontecimentos da história política americana dos últimos oito anos. Melhor para nós que a sua música e sua ação política representem um legado com o qual seremos mais fortes para enfrentarmos os tempos que virão.

Segundo Ato: Corpo e Política, a questão da diferença sexual e racial nos Estados Unidos da América (ou entre o palco, a casa, a pátria e o não-lugar)

*“we never encounter the body
unmediated by the meanings that cultures give to it”¹¹*

Uma leitura feminista do documentário não poderia deixar de assinalar a marca da desigualdade que já aparece no título: Miss Simone? Miss, é pronome de tratamento designativo de mulher solteira. "Mrs." seria mais adequado, já que, de acordo com a convenção do matrimônio no mundo inglês, liberal, capitalista, casada, ela se tornaria "Mrs.", que significa literalmente “propriedade do mestre”...Seria, então, Mrs. Simone? A quem pertence Mrs. Simone? Onde habita, por onde se desloca Nina? Um mito, uma voz, um corpo negro de mulher que canta, encanta? Quem seria essa persona? Nina? Simone? Por onde teria se deslocado (ou se perdido) Eunice Kathelyn Waymon?

Para rastrear os sentidos em torno de tantas identidades provisórias ou insuficientes, procuro no filme uma forma de ser e de arte que pulsa no interior de um sujeito nômade, de uma alma singular, “livre” e apaixonada, aprisionada no corpo negro no feminino da cultura dos Estados Unidos da América, no período de 1833-2003. Trata-se de um corpo que luta pela liberdade. Que liberdade? Para ela, a liberdade significa não

¹⁰Ver também o Documentário: 13th. Direção Ava Duvernay, 2016. (DAVIS,2009).

¹¹Não é possível encontrar o corpo não mediado pelos sentidos que a cultura a ele confere (tradução livre). RUBIN, Gayle. “Thinking Sex. Notes for a Radical Theory os the Politics of Sexuality”. In: *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. Boston: Carole S.Vance, 1984, 276-7.

sentir medo. Ela luta contra o medo, e procura existir para além do medo, da violência individual e coletiva, em direção ao que ela reconhece, ou recria, ou procura reinventar, no lugar de um significante - liberdade!

Pensar o corpo, no lugar que o designa e circunscreve, ou seja, no palco, na casa, no exílio, na pátria, na cultura e na história. Seria um lugar inóspito, inabitável? Que corpo negro no feminino, corpo marcado, corpo silenciado, corpo exposto, superexposto, corpo qualificado – desqualificado -, sexualizado, racializado, exibido, explorado, estuprado, tantas vezes falado e significado? Um corpo investido de significações, que pretendo aqui seja desfamiliarizado, desvestido dessas mesmas tonalidades e vestes que pretendem dar a ele um valor, ou melhor, um des-valor, um certo lugar em uma sociedade e na história¹².

Nina, o palco, aplausos, feição séria, inquieta, a sequência retrata e ela diz: desde 1968, “no more Festivals”. Para a filha, Liz, o palco era o lugar em que a mãe lutava e vivia alguma espécie de liberdade. Ela explica, no documentário, que lá ela se tornava Nina Simone: era brilhante, amada, lugar de onde podia falar de seu povo, “mas depois todos iam embora e ela continuava a lutar sozinha”, lidar com os fantasmas de sua raiva, de sua dor... O palco seria a casa de Nina, a pátria de Miss Simone, seria o exílio de Eunice?

O filme mostra seu encontro com o piano, ainda menina: o corpo de criança que treina e se desloca em direção à música. A música seria um outro espaço de luta e de liberdade. Embora seu nome fosse “blue”, tristeza, na música “*Little girl*”, ela canta que gostaria de compartilhar todo o amor de seu coração, o que significa para ela que “todos devem ser livres”. “*Her name was blue! I wish I could share all the love of my heart! What means to be me, every man should be free!*”.

“Quero ser pianista clássica”, ela afirmou muitas vezes. Ela foi treinada para isso, e o filme assim mostra. E, à medida em que era treinada, no caminho para a casa da professora branca, Mrs. Mazzonovich, no cotidiano das brincadeiras da infância, ela conheceu o piano, a arte da música, mas também o isolamento. Conheceu sua face, no espelho preconceituoso daquela sociedade, que a descreve e demarca como “muito

¹²O corpo, aqui, é o lugar em que um conjunto de efeitos, comportamentos e relações sociais são produzidas, por meio de uma complexa tecnologia política (FOUCAULT, 1999). Nele, um sujeito é “engendrado”, não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido, emerge nesse lugar. (LAURETIS apud HOLLANDA, 1994, 208)

nariguda”, com “lábios muito cheios”, com a “pele muito escura”. Assim ela conhece e reconhece sua face no corpo educado, onde nasce a pianista sensível e rara. A arte emerge no corpo negro de menina, corpo adestrado, marcado, demarcado, corpo constrangido, interdito, corpo excluído?

No desejo e no esforço de tornar-se pianista, ela percebe a diferença da cor, a desigualdade, o mundo dos outros, a professora branca e a música, que paradoxalmente a liberta e a leva a um primeiro contato com a segregação e o confinamento. Ela quer tocar Bach, Beethoven, Debussy, Rachmaninoff... No recital para brancos, aos 7 anos, os pais negros ficam no fundo, em pé. Essa seria a violência primeira? E o filme vai mostrando em imagens, depoimentos, essa trajetória tão brilhante quanto extremamente violenta.

Já exímia pianista, quando termina o secundário, a família se muda para New York para que ela possa avançar nos estudos. De lá, segue para a Philadelphia para prestar exames no Curtis Institute. O resultado negativo representa os efeitos do segundo dispositivo institucional racista que o filme exhibe. Desvela-se, no exame, o talento raro da pianista exímia no corpo negro. Logo, desvela-se sua derrota, e sobretudo a cor, novamente a barreira da cor.

A mudança da família leva Eunice a tornar-se Nina. O piano movido pelo corpo treinado, pela alma sensível e rara tornam-se um meio de sobrevivência. O corpo negro da cantora, instrumentista, artista nos bares de Atlantic City se desloca entre outros ritmos, do jazz, do *spiritual* e da *pop music* (Filadélfia), o que garante o sustento da família. A alma de Eunice encarna Nina no corpo-arte-útil que forja as rendas da família. Trabalhando nas madrugadas, para ela, praticar aquela música não era uma escolha, mas a falta de escolha, o sustento. Em suas palavras, cantar era importante desde que se usasse “tudo o que tinha em seu interior”. Ora saía “cascalho”, ora “café com creme”, revela, espirituosa, em uma das entrevistas veiculadas nas telas.

Em fins dos anos 50, começa a tocar e cantar em festivais. O filme mostra sua apresentação em um evento da Playboy Penthouse Magazine, em 1960, quando o apresentador “branco”, engraçadinho, informa: “Ela vem de lugar nenhum e está fazendo sucesso”. Como assim? Ela veio de lugar nenhum? Essa, entre outras pequenas e numerosas violências fazem parte do cotidiano e do discurso social que confinam “Mrs. Simone” na cultura norte-americana do século XX. Pequenas? Entrecortando os testemunhos e informações, o filme mostra na íntegra algumas interpretações realizadas

em apresentações ou diferentes concertos, e exhibe pérolas de seu repertório autoral e não-autoral. Ela canta lindamente a canção Porgy, talvez um dos seus primeiros grandes sucessos de público.

O casamento, em 1961, segundo Nina ou Eunice, também não foi uma escolha. A família, a casa, a filha, a princípio, pareciam forjar um abrigo seguro. Ela “ama ser mãe”! Mas torna-se o abrigo que não a acolhe, a família que ela mal vê, porque trabalha, trabalha muito. A vida é o trabalho, a sobrevivência. As viagens. O sucesso. O mercado. O corpo tem a aptidão aumentada, a produtividade acentuada, a utilidade reiterada.

Andrew Stroud, o marido, era sargento de polícia e torna-se seu empresário. O filme exhibe o homem, empresário astuto, em seu projeto declarado de “desenvolvê-la como artista”. Chegou a promover o sonho de Nina, de se apresentar no Carnegie Hall, em 1963. Sem tocar Bach, como ela desejava, mesmo assim, ele vangloria-se em ter traduzido seu sonho em um espetáculo que teve grande sucesso de público e rendas, assim ampliou espaços, possibilidades na carreira, e o reconhecimento da artista. Evidencia-se, aos olhos do marido-empresário, o corpo útil da artista, na empresa familiar e no imaginário nacional.

Em uma de suas falas, Andy prometeu a Nina que ela seria uma mulher negra e rica. Isso significaria, para ela (e o filme demonstra), trabalho, trabalho, trabalho. Ela se ressentia de não ter mais tempo para si e a família e entrou em depressão. O trabalho e o isolamento eram a tônica de sua existência e daquela expressão talentosa que parecia livre, no corpo confinado de mulher de cor, ou corpo docilizado de mulher de dor.

Conheceu no corpo, novamente, a violência. Não apenas aquela simbólica, da cultura que modela cotidianamente na pele, nas feições, os traços da inferioridade de raça, da inferioridade de sexo-gênero, da casa patriarcal. E também da pátria racista que exprime o ambiente inóspito de um lugar social inóspito ou, como explica Judith Butler, um lugar abjeto¹³. Agora também na carne, ela sente a dor. Empresário competente e astuto, o marido a espanca sistematicamente. O corpo de mulher, esposa, propriedade, é o alvo e a arena que encena a violência, a desigualdade de sexo-gênero, e seus efeitos

¹³Segundo Butler, o abjeto significa precisamente aquelas zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. (BUTLER apud LOURO, 2000, 112).

perversos. Em meio ao conflito de sua guerra individual, repetia “eu trabalhava como um cachorro e tinha medo dele! Ele era brutal e eu o amava! *Put a spell on you!*”

“*Alabama got me so upset*”. Nos anos 60, ela conhece novamente o amor, a compaixão e a esperança, ao emprestar seu corpo para o movimento negro. O corpo resiste e se rebela. Em 1963, o episódio das crianças mortas na Igreja no Alabama, segundo o documentário, parece ser definitivo para que ela encarne outra luta. Ela diz: “como ser artista e não refletir sobre os tempos? Quero tocar as pessoas, deliberadamente!” Àquela altura, ela não queria mais fazer música clássica, popular, jazz, só teria sentido fazer música pelos direitos civis! Ela ressignifica sua arte, e sua dor, e oferece o corpo e a voz para a luta que também foi sempre sua, mas agora exige que ela cante, exprima, incorpore “todo o sofrimento do povo negro”.

“*Mississippi Goddam*”. “Meu país está cheio de mentiras!” Ela quer despertar as identidades negras, acordar os corpos, a negritude, o poder, provocar o sentimento de luta e orgulho em uma coletividade marcada pela história. Seu corpo se impregna da luta e do dever da ação, da mobilização, da sensibilização, da resistência... “*I’m not non violent!*”, ela se afirma e se revela. Suas canções políticas dão voz às lutas, fazem ecoar as desigualdades, amplificam os conflitos, são verdadeiras armas do movimento, e expõem a doença da ordem social, do establishment. Assim, ela transforma ou veicula a violência sentida na pele, na carne, muitas vezes re-sentida no corpo rebelde de mulher negra.

No *front* da violência dos movimentos civis, o corpo rebelde reaparece cansado. À medida que ela luta, a violência se amplifica e se volta contra ela, o que se exprime também com o declínio das rendas, a recusa do mercado, que se ressentem com o que o ex-marido chama de sua “reputação”. Reputação, esta, lida de outro lado, como alvo no corpo da violência produzida cotidianamente em seu país. Um território racista, sexista e conflagrado, que enxerga nela uma presença desconcertante, militante, rascante, indesejada; que exhibe no rechaço à Nina, o poder simbólico e a força bruta em operação naquela sociedade. O filme exhibe seu esgotamento nervoso. Nina está cansada.

Nesse momento, como se pudesse explicar tamanha dor, o filme fala de muitas perdas: Lorraine Hansberry, escritora teatral, de câncer aos 35 anos, em 1965; Langston Hughes, grande poeta, dramaturgo, ativista negro norte-americano, morto em 1967, entre outros. Em 4 de abril de 1968, em Memphis, no Tennessee, aos 39 anos, Martin Luther King

é assassinado. Ele dizia: “Infelizmente, a História transforma algumas pessoas em oprimidas, outras em opressoras. Ela dizia: “O que vai acontecer, agora, que o rei do amor está morto”?”

Sentindo-se derrotada, perseguida, Nina, dessa vez, escolhe: escolhe o divórcio e o exílio. E resolve deixar o país. Muda-se para a Libéria, com sua história única entre as nações africanas¹⁴. Pátria de ex-escravos, nação de excluídos, por um momento, Nina sente-se à vontade naquele “não lugar” ou “lugar nenhum” de que falava o apresentador americano. Talvez aquele poderia ser o “seu” lugar, como ela mesma define, “um lugar que sonhou em toda a sua vida”. A África, para ela, é a casa, lugar onde se sente livre, sem medo, uma espécie de continente de origem e ao mesmo tempo “terra prometida”, onde ela sela o compromisso com o exílio definitivo da pátria onde nasceu, cresceu, cantou e lutou. E promete não voltar jamais para aquele “lugar inóspito” que ela chama de “*United Snakes of America*”.

A afirmação do exílio é a afirmação do desejo de outro lugar, e de uma fratura definitiva em sua identidade: em sua história, em sua memória, em sua arte. O filme retrata o período africano de Eunice ou Nina de forma ambígua. A terra africana é lugar de "origem" e do desterro, ali ela procura se encontrar com o sonho idílico ou incorporar o mito de uma origem reconstruída. Mas não consegue se desvencilhar dos vestígios doloridos e intensos de sua memória marcada, sua integridade esgarçada, das lutas e revezes, da violência que viveu em vida. Nem da desesperança ou desespero em que se encontra em relação ao que passou, à cultura do medo que a impregnara, ao confinamento existencial no território que se quer ler, vender e definir como pátria da liberdade.

No exílio, no corpo e com a alma fraturada, ela incorpora definitivamente o estado de dor. Ela absorve a doença social que, em vida, buscou combater. Combalido, o corpo se desconecta com a realidade e a alma adoce. Os amigos, os remédios. No filme, o piano torna-se novamente a última trincheira de resistência para o corpo da mulher, da ativista, corpo prene da negritude, da africanidade, isto é, impregnado do desejo de liberdade. Em suma, o piano é sua arma, a música sua voz, sua luta; seu corpo uma arena que encena um segundo capítulo da história da escravidão atlântica, e performa muitas batalhas da segregação social.

¹⁴ Fundada por uma organização privada chamada American Colonization Society, entre 1821 e 1922.

Aquele é um corpo que exhibe, de um lado, a violência do patriarcado norte-americano, de outro, a força e o poder da combatente e da arte. Os limites da dor expostos e exorbitados no corpo expõem a devastação possível de uma alma sensível que luta pela liberdade, no interior de uma sociedade racista e sexista historicamente construída, dominada e dissimulada...

Com sua música, que funciona como arma ou lanterna, como documento, instrumento e arquivo, ela encarna as fronteiras históricas da segregação, as regras tão sórdidas quanto naturalizadas, às vezes silenciadas, da discriminação. Mas também, talvez sem se dar conta, ela encarna a luz que produz música genuína, que consolida lutas e conquistas sociais importantes. Sua música, seu canto, seu corpo materializa balizas sólidas para a edificação de outras representações e para o fortalecimento de muitas memórias. Ao fim da vida, doente, na dor, na fragilidade, no desapontamento, em sua fratura existencial ou quase destruição, ela desvela as marcas indeléveis da cultura e da história, as demarcações inequívocas de raça, de sexo-gênero, mas sobretudo das resistências, impregnadas e emanadas no/do corpo negro de mulher. Salve Eunice, Salve Nina, Salve Simone!

Referências

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira L. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DAVIS, Angela Y. *A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura*. Rio de Janeiro: Difel, 2009

LAURETIS, Teresa de. *A Tecnologia do Gênero*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. A vontade de saber*. Vol.1. 13ª Edição. RUBIN, Gayle. “Thinking Sex. Notes for a Radical Theory os the Politics of Sexuality”. In: *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. Boston: Carole S.Vance, 1984Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MARABLE, Manning. *Malcolm X: uma vida de reinvenções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NORTHUP, Solomon. *Doze anos de escravidão*. São Paulo: PeguinClassics Companhia das Letras, 2014.

OBAMA, Barack Hussein. *We the people, in order to form a more perfect union*. Filadélfia, março de 2008. In: <https://web.archive.org/web/20080608182717/http://articles.latimes.com/2008/mar/19/nation/na-obamatext19>

RUBIN, Gayle. “Thinking Sex. Notes for a Radical Theory os the Politics of Sexuality”. In: *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. Boston: CaroleS.Vance, 1984.

SCOTT, Rebecca J. & HÉBRARD, Jean M. *Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação*. Campinas, SP: Edunicamp, 2014.

SHAMA, Simon. *Travessias difíceis: Grã-Bretanha, os escravos e a revolução americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.